



vol. 1 n. 1 jan. - jun. 2022

São José do Egito – Alto Sertão do Pajeú – Pernambuco: notas para uma história

Lindoaldo Campos

Resumo

Tendo em mira a escassez de estudos a respeito dessa importante região para a cultura popular do sertão do Nordeste brasileiro, o presente artigo pretende-se uma contribuição para a pesquisa sobre a história do município pernambucano de São José do Egito, localizado no Alto Sertão do Pajeú e conhecido como Berço Imortal da Poesia. Nesse sentido, inicialmente apresentaremos relevantes aspectos geográficos e culturais relativos aos colonizadores (dadas as limitações espaciais do presente texto, noutro artigo discorreremos sobre as presenças indígenas e africanas) da microrregião do Alto Sertão do Pajeú e do Município de São José do Egito.

Palavras-Chave: São José do Egito. Alto Sertão do Pajeú. Notas.

São José do Egito – Alto Sertão do Pajeú – Pernambuco: notes for a history

Abstract

Having in mind the scarcity of studies about this important region for the popular culture of the Brazilian Northeastern backlands, the present article is intended as a contribution to the research about the history of the Pernambuco municipality of São José do Egito, located in Alto Sertão do Pajeú and known as the Immortal Cradle of Poetry. In this sense, we will initially present relevant geographic and cultural aspects related to the

colonizers (given the spatial limitations of the present text, in another article we will discuss the indigenous and African presences) of the micro-region of Alto Sertão do Pajeú and the municipality of São José do Egito.

Keywords: São José do Egito. Alto Sertão do Pajeú. Notes.

Texto integral

Aspectos geográficos do Município de São José do Egito e da microrregião do Alto Sertão do Pajeú

Senhores críticos, basta!
 Deixai-me passar sem pejo,
 Que o trovador sertanejo
 Vai seu “pinho” dedilhar...
 Eu sou da terra onde as almas
 São todas de cantadores:
 – Sou do Pajeú das Flores –
 Tenho razão de cantar!
 Rogaciano Leite
 Aos críticos, in **Carne e alma**

Malgrado seja a proveniência de renomados poetas populares como Antônio Marinho do Nascimento, João Ferreira de Lima (criador brasileiro do personagem João Grilo), João Batista de Siqueira (Cancão), Rogaciano Leite, Job Patriota e os irmãos Lourival, Dimas e Otacílio Batista (e por isso mesmo conhecido como Berço Imortal da Poesia), o Município de São José do Egito, localizado na microrregião pernambucana do Alto Sertão do Pajeú, carece de pesquisas a respeito de sua história, de forma que o presente artigo pretende-se uma incipiente contribuição no sentido de preencher essa lacuna.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de São José do Egito tem área territorial de 780 km², população de 31.829 pessoas e o gentílico é egípcio. Insere-se na microrregião Pajeú, por sua vez localizada na Mesorregião do Sertão do Estado de Pernambuco.

O Alto Sertão do Pajeú localiza-se no Planalto da Borborema (segundo SAMPAIO (1987, p. 208), do tupi “por-por-eyma, procedente de pora-pora-eyma, que

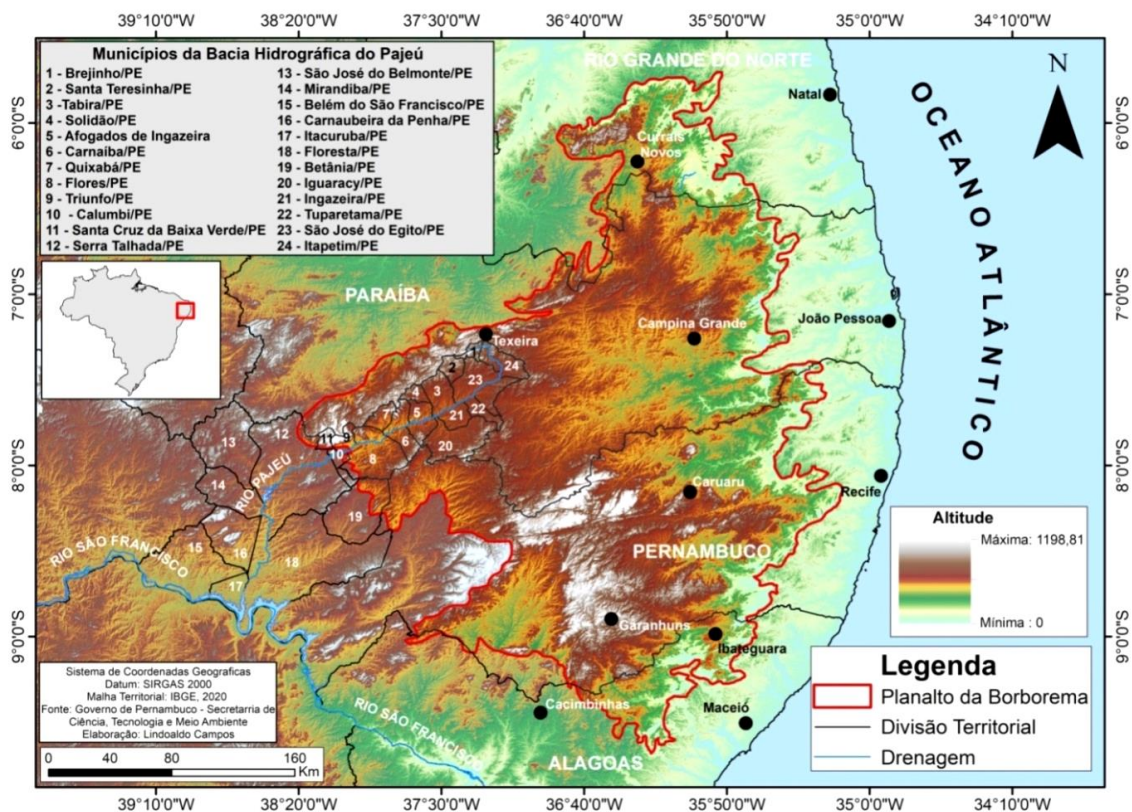
significa privado de moradores, sem habitantes (pora); o deserto, a solidão, o sertão”), conjunto de terras altas contínuas que por aproximadamente 400 km distribuí-se ao longo dos estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas e a cujo respeito CASAL (1976, p. 255) assinala:

A Serra de Borborema, que é a mais majestosa do Brasil [...], em partes tem rochedos; em outras é escavada; mas pela maior parte é coberta de formosos bosques nutridos em terrenos fortes, e fecundos. Em algumas paragens tem duas a três léguas de chapada viçosa no cimo [...] Nela tem origem o Rio Jaguaribe, e Piranhas que correm para o norte; o Paraíba, e Capibaribe, que procuram o nascente; o Moxotó, e o Pajeú, que se dirigem ao sul.

É precisamente deste último rio que deriva a denominação da microrregião do Pajeú. Suas nascentes localizam-se a uma altitude de aproximadamente 600 metros na Serra da Balança (ou do Balanço), no território do atual município pernambucano de Brejinho, próximo à Serra dos Cariris Velhos, “bem no declive da montanha, onde as águas se dividem: de um lado Pernambuco, do outro a Paraíba” (SANTOS, 1958, p. 16).

Mais extenso rio de Pernambuco, o Pajeú (também grafado Pajaú, Pajahú, Pajehú e Pagehu em documentos antigos) percorre 353 km até desaguar no lago de Itaparica, no curso do Rio São Francisco. Sua bacia hidrográfica é constituída pelo Riacho do Navio, pelo Riacho São Domingos e pelo Rio Pajeú Mirim e possui área de 16.686 km², limitando-se ao norte com os estados do Ceará e Paraíba, ao sul e a Leste com a bacia do Rio Moxotó e a oeste com a bacia do Rio Terra Nova.

No mapa a seguir, encontram-se representados o Planalto da Borborema e a Bacia Hidrográfica do Rio Pajeú, constituída pelos municípios indicados pelos números 1 a 24 (Mapa 1).



Mapa 1 – Planalto da Borborema e Bacia Hidrográfica do Rio

Como NAVARRO (2013, p. 590) e SAMPAIO (1987, p. 143) assinalam, Pajeú é topônimo Tupi que significa “rio do pajé”, registrando-se que também designa a árvore *Triplaris gardneriana* Wedd. – sinônimo: *Triplaris pachau* Mart. –, também conhecida como Pau-formiga, que ocorre de forma natural na caatinga, com alta frequência nos vales formadores do Rio São Francisco.

Aspectos culturais do Pajeú e de São José do Egito

A região pernambucana do Pajeú é historicamente associada ao cangaço e à valentia – registre-se que Manoel Baptista de Moraes, mais conhecido como Antônio Silvino, o Rifle de Ouro, e Adolfo Rosa Meia Noite nasceram onde hoje é o Município de Afogados da Ingazeira, e Virgulino Ferreira, mais conhecido como Lampião, nasceu onde hoje é o Município de Serra Talhada, ambos municípios da região do Pajeú. Por

sua vez, Pajeú era o nome de um companheiro de Jesuíno Brilhante e de um líder da resistência comandada por Antônio Conselheiro no Arraial de Canudos.

Também assim o que SUASSUNA (1976, p. 28-29) escreve em seu *Romance da Pedra do Reino e o Príncipe do Sangue do Vai-e-Volta*:

Sou, nada mais, nada menos, do que descendente, em linha masculina e direta, de Dom João Ferreira-Quaderna, mais conhecido como El-Rei Dom João II, O Execrável, homem sertanejo que, há um século, foi Rei da Pedra Bonita, no Sertão do Pajeú, na fronteira da Paraíba com Pernambuco.

Aliás, a Pedra Bonita a que o autor de *O auto da Compadecida* se refere é a Pedra do Tendó, localizada no Município de Teixeira, Estado da Paraíba, onde em meados do século XIX surgiram os primeiros poetas populares do sertão nordestino de que se tem notícia, a exemplo de Agostinho Nunes da Costa (1797-1858), Nicandro Nunes da Costa (1829-1918), Ugolino Nunes da Costa (1832-1895), Bernardo Nogueira (1832-1895), Francisco Romano (Romano de Mãe D'Água ou Romano do Teixeira) (1840-1891), Germano Leitão (Germano da Lagoa) (1842-1904), Silvino Pirauá Lima (1848-1913) e Leandro Gomes de Barros (1865-1918), que formam a Academia de Teixeira e continuamente tráfegavam pela fronteiriça região do Alto Sertão do Pajeú, como testemunha essa estrofe de Nicandro Nunes da Costa, dentre algumas “feitas em viagem de regresso ao Teixeira, após uma grande festa” (BATISTA, 1927, p. 24):

Só em Ugolino se fala
e em Nicandro, seu irmão
eu estando numa função
de gente enche uma sala
desde o norte até o sul
faz o sol ficar azul
faz tremer a besta fera
estando glosando de vera
Nicandro no Pajeú
(BATISTA, 1927, p. 24)

Adiante, no contexto histórico do falecimento desses poetas e da consequente decadência da Academia de Teixeira, no Município de São José do Egito o repentista Antônio Marinho do Nascimento (1887-1940) deu início a um novo período da cantoria ao fazer da atividade de cantador seu ganha-pão, como atesta a seguinte trova inscrita no busto em bronze que homenageia o poeta, afixada no centro de sua cidade natal:

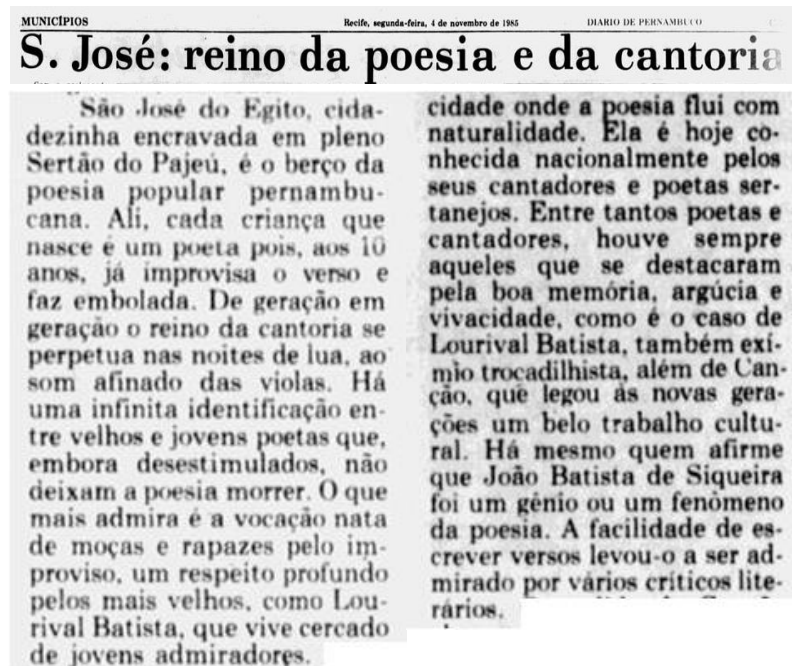
Em novecentos e onze
Tremulou seu estandarte
Quando este peito de bronze
Deu início a esta arte

É nesse contexto que surge a denominada Escola de São José do Egito, que nessa fase também conta com os poetas repentistas José Bernardino de Oliveira (1900-?), Joaquim Bernardino de Oliveira (1894-1953), Amaro Bernardino de Oliveira (1903-?), João Ferreira de Lima (1902-1973), Agostinho Lopes dos Santos (1906-1972), Lourival Batista Patriota (1915-1995), Luiz Ferreira Gomes (Zezé Lulu) (1916-1987), José Lopes Neto (1917-2009), Rogaciano Bezerra Leite (1920-1969), Dimas Batista (1921-1986), Otacílio Batista Patriota (1923-2003) e Job Patriota de Lima (1929-1992).

Pelas gerações seguintes, a poesia popular configura o mais relevante aspecto cultural relacionado a esse município, doravante conhecido como Berço Imortal da Poesia, a cujo respeito COUTINHO FILHO (1972, p. 17-18) anota em sua obra *Violas e repentes*:

Trecho do nordeste brasileiro fustigado pelas soalheiras, onde domina a destruição na inclemência das secas prolongadas, com sacrifício até da existência humana, é a região que começa nas circunvizinhanças das terras paraibanas do Piancó e se estende ao município pernambucano de São José do Egito e aos seus confinantes, abraçando os dois estados e unindo-os no mesmo destino.

Ademais, a história-presença da poesia popular em São José do Egito pode ser assinalada a partir dos seguintes registros:



Fonte: Diário de Pernambuco de 4 de novembro de 1985
http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_16&pasta=ano%201985&pesq=%22reino%20da%20poesia%22&pagfis=95606

Também assim a partir de alguns pontos históricos do município, como o Beco de Laura, principal via de acesso ao Mercado Público (à esquerda), à Prefeitura (no sentido Sul da foto) e à Igreja Matriz (à frente) nos primórdios do Município:



Beco de Laura – São José do Egito
Fonte: Acervo do autor



Pórtico em São José do Egito
Fonte: Acervo do autor

Por fim, vale assinalar que, nos termos da Resolução Normativa 02/2014, do Conselho Municipal de Educação, o então Prefeito Romério Augusto Guimarães

SERTÃO HISTÓRIA – Revista Eletrônica do Núcleo de Estudos em História Social e Ambiente – NEHSA, Universidade Regional do Cariri | V.1., N.1., jan.- jun. 2022.

sancionou a Lei Municipal 596/2015, de 4 de abril de 2015, que “dispõe sobre [a] institucionalização da disciplina de Poesia Popular e dá outras providências”.

Feitas essas considerações sobre os aspectos geográficos da microrregião do Pajeú e os aspectos culturais do Pajeú e de São José do Egito, passemos à consideração dos aspectos históricos do Alto Sertão do Pajeú e, posteriormente, dos aspectos históricos deste município.

Aspectos históricos do Alto Sertão do Pajeú

A microrregião do Pajeú subdivide-se em Baixo, Médio e Alto Pajeú, e é nesse último que se inserem os municípios de Afogados da Ingazeira, Brejinho, Igaraci, Ingazeira, Itapetim, Santa Terezinha, São José do Egito, Solidão, Tabira e Tuparetama.

A história do Alto Sertão do Pajeú está intrinsecamente vinculada ao processo de colonização do sertão ocorrido a partir da segunda metade do século XVII com o término da ocupação holandesa em Pernambuco em 1654, que tinha o principal objetivo de estimular a pecuária (daí porque ABREU (1982, p. 135) denomina este período de “época do couro”) mas também para encontrar minérios e pedras preciosas e demarcar fronteiras.

Como assevera COSTA (1896, p. 5),

Em meados do século XVII, depois da restauração de Pernambuco do domínio holandês, teve começo a distribuição das suas terras sertanejas, por grandes datas de sesmarias, geralmente conferidas aos seus descobridores, que situavam fazendas de criação de gado, ou se empregavam no cultivo das terras, fundando pequenos núcleos de população, de onde vem, com o seu crescente desenvolvimento, as florescentes cidades e vilas da nossa zona sertaneja.

Com efeito, o Rio Pajeú foi um dos principais rios na condução do processo de colonização do sertão nordestino, a respeito de que Maria Simone Moraes Soares compôs o seguinte mapa (Mapa 2):



Mapa 2 – Principais rios na condução da ocupação das capitanias do atual Nordeste

Fonte: Maria Simone Morais Soares, *Formação da rede urbana do Sertão de Piranhas e Piancó da Capitania da Paraíba Setecentista*

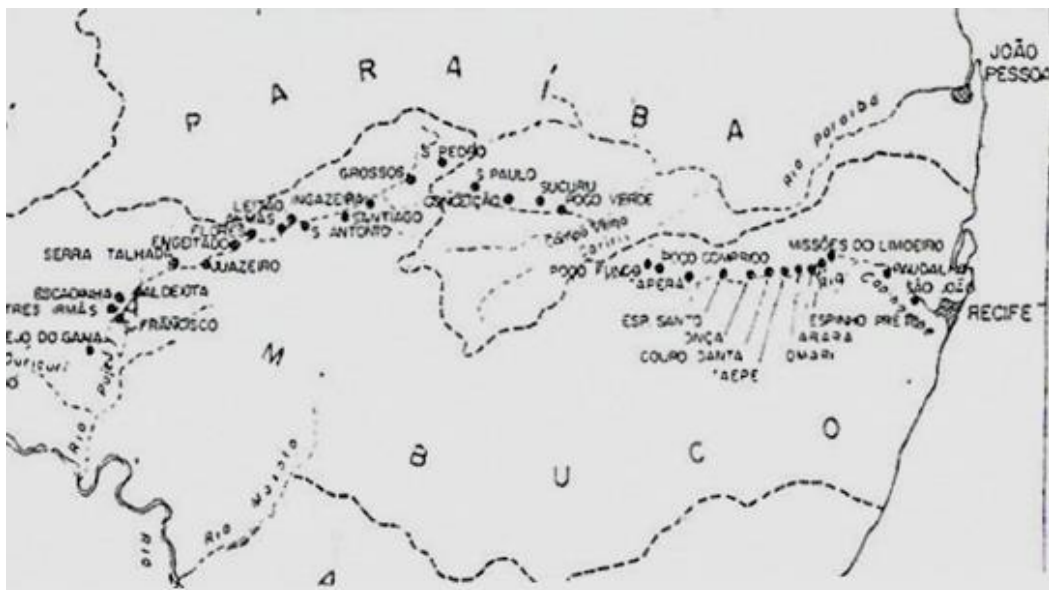
Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/297?locale=pt_BR

Por seu turno, especificamente em relação à colonização do Alto Sertão do Pajeú, a referência mais recuada consiste no *Assento das léguas que fazem daqui ao Rodelas pelo Caminho de Capibaribe*, de 1738 (COLEÇÃO ALBERTO LAMEGO, 1966), de que constam as seguintes indicações iniciais:

Até o Engenho de São Paulo
 O engenho de Pau D'Alho
 O engenho da Apunha
 A Missão de Limoeiro
 O Espinho Preto
 Até Arara
 Até Tamaripica
 Até Umari
 Até o Theepe
 Até o Couro D'Anta
 Até a Onça
 Até o Enjeitado
 A Fazenda do Espírito Santo
 Até a Tapera
 Até o Poço Compido

Até o Poço Fundo
 Ao Curral Novo do Cariri
 Ao Campo do Velho
 Ao Poço Verde
 Até a Ema
 Ao Sucuru
 Até a Conceição
 A São Pulo
 A São Pedro, Fazenda do Pajeú
 Aos Grossos
 A Ingazeira
 ...

Com base nessas informações, no escrito *Três roteiros de penetração no território pernambucano (1738 e 1802)* José Antônio Gonsalves de Mello assim cartografou o *Roteiro de viagem do Recife à Caririnha, pelo Capibaribe (Caminho do Capibaribe)* (Mapa 3):



Mapa 3 – Roteiro de viagem do Recife à Caririnha pelo Capibaribe (detalhe)

Fonte: José Antônio Gonsalves de Mello, *Três roteiros de penetração no território pernambucano (1738 e 1802)*

Considerando que a presença indígena e africana no Alto Sertão do Pajeú será objeto de outro estudo, nesse momento é de se assinalar que o protagonismo do processo de colonização do Alto Sertão do Pajeú coube à Casa da Torre, “o maior feudo

do Nordeste” (BANDEIRA, 2000, p. 98), cujo sistema incluía o instituto da sesmaria, com a intenção de “ocupar o território, não só com produções passíveis de serem taxadas como para a demarcação de fronteiras” (VAINFAS, 2001, p. 529-530) e, nesse processo, a partir do Rio São Francisco, em 1664 prepostos da Casa da Torre subiram o Rio Pajeú em direção à Paraíba.

É o que relata SEIXAS (1985, p. 63):

[A Casa da Torre] foi igualmente a primeira a ocupar as terras do Piancó, Piranhas e Rio do Peixe, a partir de 1664, quando o coronel Francisco d'Ávila, transpondo o S. Francisco, subiu o rio Pajeú, afluente do grande rio nordestino, daí se comunicando com a bacia do Piranhas.

Em relação à atuação da Casa da Torre nesse processo, é preciso destacar o importantíssimo *Livro de vínculo do morgado da Casa da Torre*, com a relação das propriedades arrendadas, valor pago pelos rendeiros, limites fundiários e logradouros referentes aos anos de 1778 e 1779 e que, dentre outras, elenca as seguintes propriedades no território do Alto Sertão do Pajeú, como notici SAMPAIO (2012, p. 44-49):

As fazendas da Casa da Torre, referidas no livro, começam do Alto Pajeú, nas suas nascenças, área então pertencente à freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Cabrobó [...]

Descendo ao longo do Pajeú, a partir da nascença, tem-se:

[...]

Fazenda de São José, do riacho São José [...], **onde surge a povoação de São José do Egito** [destaque nosso] Extremava pelo nascente na Malhada do Canto, pelo poente acima do Logrador da Cachoeira fazendo extrema com o sítio do Freire, pelo sul com o Riacho Fundo extremado com a fazenda dos Grossos onde sempre foi uso, e pelo norte com Lazaro Fernando Souto (Fazenda do Oiti)

[...]

Fazenda Bom Jesus **[onde hoje situa-se o Município de Tuparetama – texto e destaque nossos]** [...]

[...]

Fazenda da Engazeira, da qual era rendeiro Agostinho Nogueira de Carvalho (10\$), extremado, pelo rio abaixo, na Várzea Comprida e pelo rio acima no Riacho Fundo, terras da fazenda de Santa Ana, e para

o sul com terras da fazenda da Alagoa, e para o norte onde verdadeiramente deva extremar. **Nesta fazenda Agostinho Nogueira de Carvalho constrói, em 1820 ou 1821, a capela de São José, sendo criada a freguesia em 1838 e o município da Ingazeira, o primeiro do Alto Pajeú, em 1852, desmembrado de Flores [destaque nosso].**

[...]

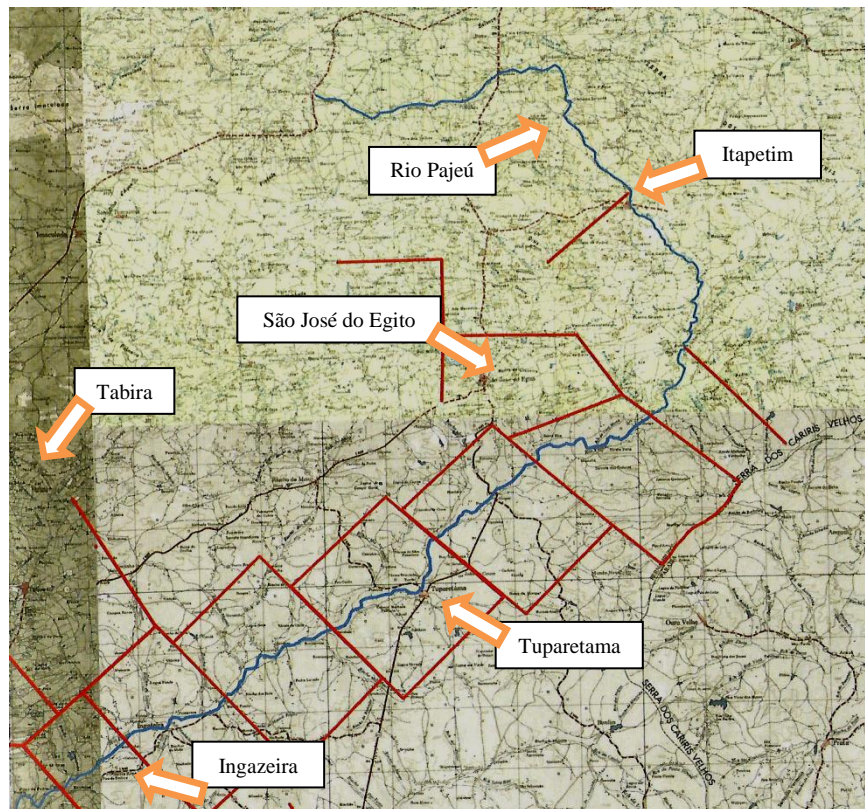
Fazenda das Brotas, sendo rendeiros Manoel Gomes Monteiro e Ignácio Vieira (5\$), onde será construída a barragem de Brotas, **logo ao norte da atual Afogados da Ingazeira [destaque nosso]**, extremando rio abaixo na fazenda de Santo Antônio na Várzea da Extrema e pelo rio acima no Riachinho da Extrema e para a parte do sul até a Serra do Manoino e para a parte do norte nas Várzeas.

[...]

Chega-se à **fazenda Flores ou das Flores, a qual, nesta data, já não pertence à Casa da Torre.**

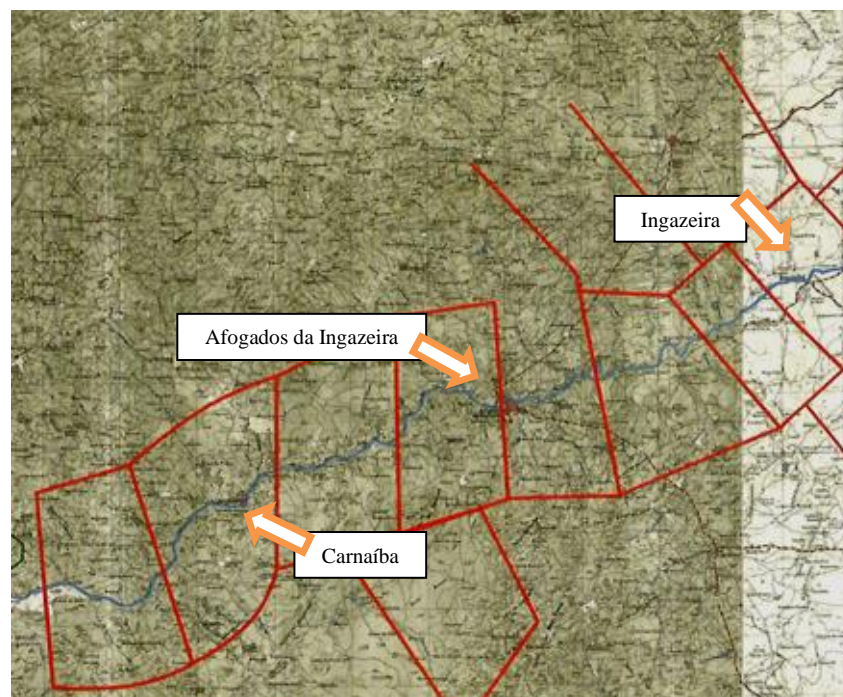
Vejamos de que forma essas informações são cartografadas pelos organizadores do referido *Livro de vínculo do morgado da Casa da Torre* (Mapas 4 e 5):

**Mapa 4 – Mapa das Fazendas da Área de São José do Egito
(com a indicação dos atuais municípios)**



Fonte: Livro de vínculo do morgado da Casa da Torre, p. 82

Mapa 5 – Mapa das Fazendas da Área de Afogados da Ingazeira



Fonte: Livro de vínculo do morgado da Casa da Torre, p. 84

Flores do Pajeú: sede da Comarca do Sertão

No Alto Sertão do Pajeú, dentre os diversos núcleos urbanos que foram formando-se no entorno de fazendas e capelas, o registro mais recuado data de 1696 e refere-se ao povoado Flores (de se notar que Flores não consta das fazendas arroladas no *Livro de vínculo do morgado da Casa da Torre* porque, reitere-se, “nesta data [1778 e 1779] a fazenda Flores ou das Flores [...] já não pertence à Casa da Torre” (SAMPAIO, 2012, p. 44-49).

De todo modo, em 1782 Flores ainda era povoado subordinado ao Julgado de Cabrobó e, no ano seguinte, o Alvará Régio de 11 de setembro de 1783 eleva o povoado de Flores a freguesia.

Alguns dos motivos do desenvolvimento do povoado consistem em que constituía elo interiorano com as capitanias da Paraíba, Bahia e Ceará e, ademais, que era o ponto mais central da freguesia de Cabrobó, à época “cruelmente assolada pela moléstia de nome *Carneiradas* [como era chamada a malária] que tornou impossível a permanência dos vigários e a visita dos corregedores ali”, o que “levou certo vigário a fazer em Flores sua residência, do que proveio bastante desenvolvimento à localidade” (IBGE, 1958, p. 111).

Em 1805, o Governador da Capitania de Pernambuco, Caetano Pinto Montenegro, oficiou ao Conde de Aguiar, Ministro Secretário de Estado dos Negócios do Brasil, da Fazenda e Presidente do Real Erário, sugerindo a criação de vilas à vista de que a grande extensão das comarcas (ou ouvidorias) dificultava a administração da justiça e a arrecadação de tributos e, ademais, que seu desmembramento serviria “para unir, pois, e ajustar mais os vínculos da associação civil, para aumentar o influxo das leis e assegurar a sua observância” garantindo assim uma “polícia vigilantíssima e uma exata administração da justiça” (apud COSTA, 1986, p. 27).

Caetano Montenegro sugere que “a escolha da cabeça da comarca pode deixar-se à escolha do ministro que a criar”, mas aduz que deve ser a Vila da Barra (Vila de São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande, atual Município de Barra/BA) ou as vilas cuja criação sugeria: Pilão Arcado (atual Município de Pilão Arcado/BA) e Flores.

Acolhendo tais sugestões, o Príncipe Regente do Brasil D. João VI expediu o Alvará Régio de 15 de janeiro de 1810, que “cria a Comarca do Sertão de Pernambuco, e erige em villas as Povoações de Pilão Arcado e de Flores na Ribeira de Pajeú”.

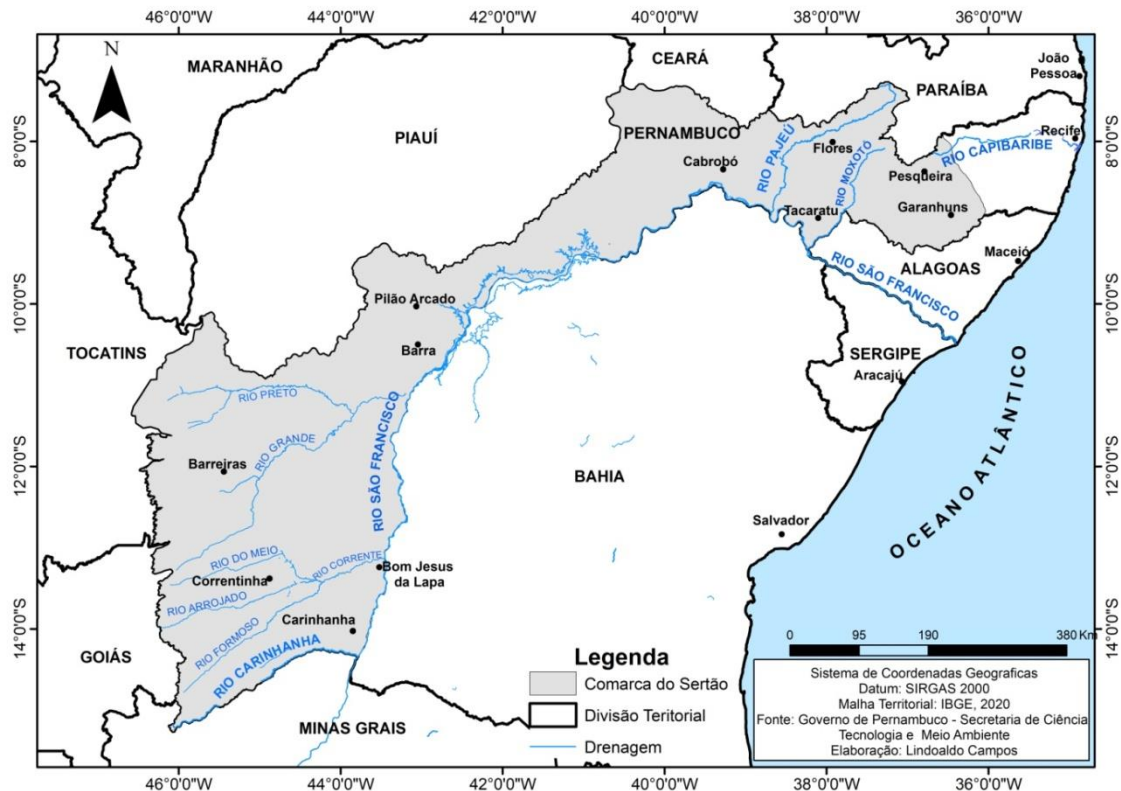
Trata-se da segunda comarca criada no interior do Brasil, com o que a Capitania de Pernambuco foi então dividida em duas comarcas: a Comarca de Pernambuco e a Comarca do Sertão, cuja jurisdição estendia-se da Vila de Cimbres (atual Pesqueira/PE) ao Rio Carinhanha (chamada Região da Trijunção, porquanto situada na intersecção dos estados da Bahia, Goiás e Minas Gerais).

Com efeito, é assim que escreveu CASAL (1976, p. 254):

O Rio Pajeú, que sai da Serra dos Cariris, e deságua no de São Francisco, obra de trinta léguas acima da Cachoeira de Paulo Afonso, a divide em duas partes oriental e ocidental. A derradeira forma uma comarca ou ouvidoria, que compreende ainda uma grandíssima porção da oriental, cujo beira-mar é dividido em três: setentrional ou de Olinda, média ou do Recife, e meridional ou das Alagoas, cujos limites comuns estão na proximidade do Rio Uma, que sai obra de doze léguas ao sul do Cabo de Santo Agostinho.

Por outro lado, tendo em mira a existência de controvérsia a respeito do tema, embora o referido Alvará Régio de 15 de janeiro de 1810 não determine de forma expressa que a sede da Comarca do Sertão é Flores, é essa a conclusão a que se chega a partir da circunstância de que em 1823 o referido Deputado Antônio Ribeiro Campos apresentou e teve aprovado Projeto de Lei para que na circunscrição da Comarca de Flores fosse instalado um Comando Militar, “cujo Comandante terá sua residência na Vila de Pajeú de Flores, cabeça da mesma Comarca” (Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, 1823) (Mapa 6 – a partir de LIMA SOBRINHO, 1950, p. XXXVIII):

Mapa 6 – Comarca do Sertão (1810 – 1820)



Adiante, à vista da intensificação do processo de criação de povoados e, pois, das dificuldades elencadas para sua própria criação, por iniciativa da Vila da Barra a Comarca do Sertão foi desmembrada por D. João VI através do Alvará Régio de 3 de junho de 1820, que criou a Comarca do Rio São Francisco (área outrora denominada de Sertão de Rodelas), que passou a compreender a área que vai do lugar denominado Pão da História ao Rio Carinhanha. Por fim, em 1833 uma resolução da Presidência da Província de Pernambuco desmembrou a Comarca do Sertão e, junto com várias outras comarcas, criou a Comarca de Pajeú de Flores (daí porque por vezes toda a região do Pajeú é referida como “Pajeú de Flores”;

A Comarca de Pajeú de Flores era então composta pelos povoados de Baixa Verde (atuais Municípios de Santa Cruz da Baixa Verde e Triunfo), Vila Bela (atual município de Serra Talhada), Tacaratu (atual município de mesmo nome), Fazenda

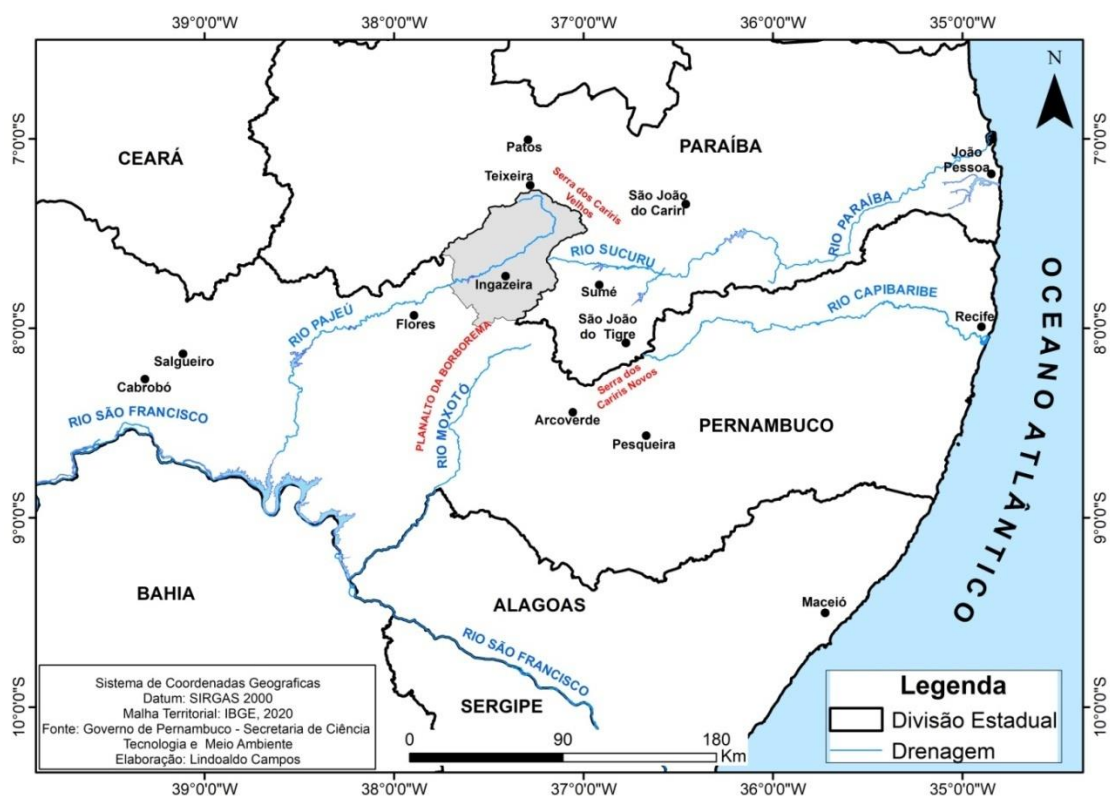
Grande (atual município de Floresta) e Ingazeira (atual município de mesmo nome, cuja área dá origem aos atuais municípios que compõem o Alto Sertão do Pajeú).

Ingazeira: terra-mãe do Alto Sertão do Pajeú

O povoado de Ingazeira surge no entorno da fazenda de mesmo nome, da qual, como vimos, era rendeiro Agostinho Nogueira de Carvalho, que em 1820 ou 1821 construiu uma capela a São José (item 7 do rol de fazendas que consta do *Livro de vínculo do morgado da Casa da Torre*) – embora haja registro de missa realizada já em 1717 e “registro de casamento realizado em 1802 no oratório da Ingazeira e em 1815 no ‘oratório público da Ingazeira’” (SAMPAIO, 2012, p. 63).

Adiante, a Lei Provincial nº 23, de 7 de junho de 1836, elevou o Povoado de Ingazeira a Freguesia e a Lei Provincial nº 295, de 5 de maio de 1852, elevou essa Freguesia à condição de Vila desmembrada de Flores (Mapa 7).

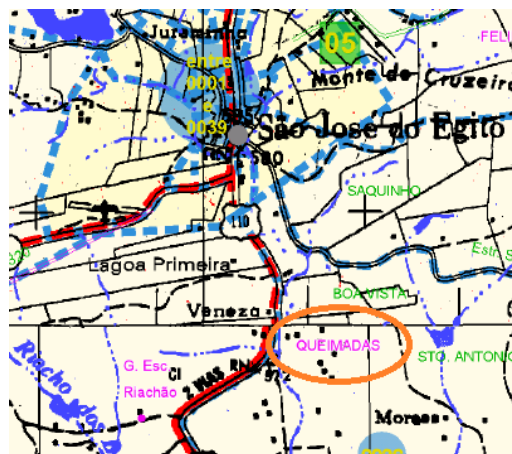
Mapa 7 – Vila de Ingazeira (1852)



De São José das Queimadas a São José da Ingazeira e a São José do Egito

A região que hoje consiste no Município de São José do Egito inicialmente recebeu a denominação de São José das Queimadas, tendo em vista que os primeiros povoadores ocuparam um lugar denominado Queimadas, que dista de Ingazeira aproximadamente 30 km no sentido noroeste e fica à margem do Riacho São José (afluente do Rio Pajeú) – sendo que a área onde hoje se localiza o Município de São José do Egito fica a oeste do atual referido lugar Queimadas, do qual dista aproximadamente 10 km (Mapa 8).

Mapa 8 – Mapa Municipal Estatístico - São José do Egito (em destaque: Sítio Queimadas)



Fonte: SUDENE – Censo 2010

Em narrativa feita por Sebastião de Vasconcellos Galvão em seu *Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco*, cuja primeira edição é de 1927, consta que os primeiros povoadores erigiram uma capela em homenagem a São José que teria sido derrubada por moradores de uma comunidade próxima denominada São Pedro (cujos registros datam de 1710 e, veremos, era a primeira fazenda a que se chegava no Alto Sertão do Pajeú).

Data venia, essa narrativa deve ser revista, uma vez que a derrubada da capela de São José das Queimadas não foi perpetrada pelos moradores da Fazenda São Pedro, mas por cangaceiros a mando do Coronel Francisco Miguel de Siqueira (Chico Miguel), chefe político da Ingazeira casado com Iria Nogueira de Carvalho, filha de Agostinho Nogueira

de Carvalho, este foreiro da Casa da Torre e fundador da Ingazeira (v. item 7 da relação retro transcrita do *Livro de vínculo do morgado da Casa da Torre*).

A esse respeito, em 1914 assinala o COTTART (2021, p. 12-13), então vigário de Afogados da Ingazeira:

Os vigários não gostavam da Ingazeira por causa da soberba da família aí reinante. Francisco Miguel, coronel e chefe político, ostentava muita grandeza, e diversos fatos demonstram que tinham seu capricho por lei. Ainda hoje só se fala dele como homem injusto e soberbo. Opôs-se sempre a que se construam casas na Ingazeira. Desapossou as vezes com barbaria os pobres moradores. Por esse modo afastou o povo da Ingazeira. Fez-se feira no Afogados; aí residia um capelão; Afogados foi elevada a Villa e o vigário viu transferir a sede da freguesia para a nova Villa a 21 de novembro de 1879, e tudo isso apesar dos esforços do Coronel Francisco Miguel que tentou assaltar a nova Villa com o auxílio de cangaceiros do Adolfo (Adolfo conhecido por Adolfo Meia Noite) cujo couro era a mesma Ingazeira [...]

A violência perpetrada pelo Coronel Chico Miguel tinha como principal objetivo impedir o desenvolvimento de comunidades no entorno de Ingazeira – de todas pode-se dizer o que Ulisses Lins de Albuquerque disse a respeito da relação entre Ingazeira e o incipiente e promissor povoado de Afogados da Ingazeira, como assinala COTTART (2021, p. 13):

[O Tenente] Francisco Barboza deu principio a uma capela na Volta. O lugar era admiravelmente escolhido e prestava um desenvolvimento considerável da população (terra de agricultura e água abundante). Porém talvez por causa da proximidade da capela já principiada da Ingazeira (cinco léguas) e da prepotência da família daquele lugar, zangou-se e resolveu mudar-se para o Riacho das Varas [atual Município de Jabitacá].

É nesse contexto que COTTART (2021, p. 15-16) relata a destruição que o Coronel Chico Miguel promoveu de uma capela erigida pelos “habitantes do Egypto”, aludindo ao povoado que se instalou no lugar denominado Queimadas – por isso mesmo

então conhecido como povoado de São José das Queimadas –, de onde originou-se o Município de São José do Egito:

Enfim a braveza dos habitantes fez com que os habitantes do Egypto construissem uma capela em seus terrenos, porque não lhes era possível expor aos maus tratos dos da Ingazeira. O coronel Francisco Miguel mandou gente com machados derrubar o trabalho feito. Os do Egypto tornaram a fazer guardando o mesmo padroeiro da Matriz São José.

São José da Ingazeira

Os povoadores resistiram e a comunidade prosperou com a vinda de famílias de outras regiões de Pernambuco e da Paraíba, a exemplo da extensa família Leite, oriunda da região paraibana de Piancó, nome de uma família ainda hoje presente em São José do Egito (cfr. NUNES, 2016, p. 262-263).

Assim é que, adiante, a Lei Provincial nº 1028, de 21 de março de 1872, criou a Freguesia de São José da Ingazeira (ou seja, quando o Povoado foi formalmente admitido na circunscrição eclesiástica e administrativa de Ingazeira), tendo como sede o Povoado de São José e como limite o Distrito de São Pedro das Lajes (atual Município de Itapetim).

Nesse momento é preciso atentar para o fato de que o padroeiro do atual Município de Ingazeira também é São José e por isso nessa época essa localidade também era denominada de São José da Ingazeira, de modo que até 1872 a denominação São José da Ingazeira refere-se ao povoado que deu origem ao atual Município de Ingazeira; a partir de 1872 (ou seja, da Lei Provincial nº 1028), a denominação São José da Ingazeira refere-se ao povoado que deu origem ao Município de São José do Egito.

Adiante, a Lei Provincial nº 1260, de 25 de maio de 1877, elevou o Distrito de São José da Ingazeira à condição de Vila e a Lei 1428, de 27 de maio de 1879, dispôs que “fica elevada a termo a Villa de S. José da Ingazeira”.

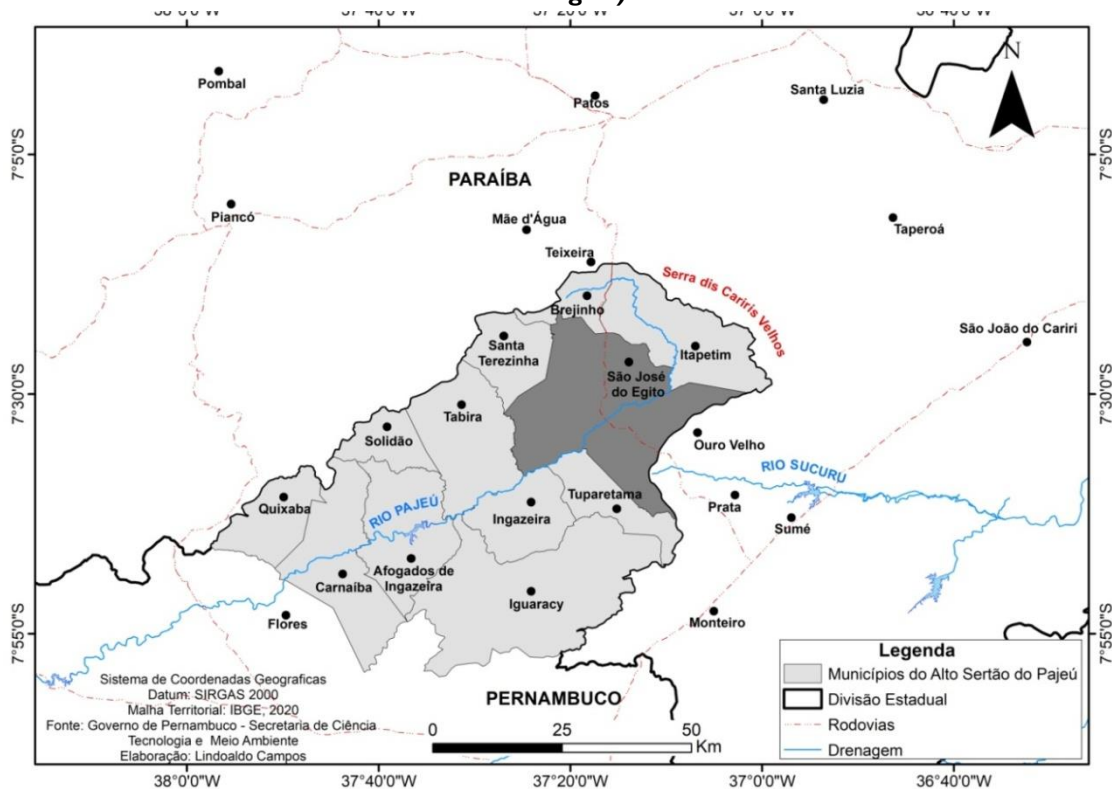
São José do Egito

A atual denominação de São José do Egito adveio com a Lei Provincial nº 1516, de 11 de abril de 1881, resultante do Projeto de Lei nº 73/1880 (infelizmente não localizado na Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco), de autoria do Deputado João Gonzaga Bacellar (que em 1880 exercera o cargo de Juiz de Direito da Comarca de Ingazeira), decerto com a finalidade de evitar que a nova vila pudesse ser nominalmente confundida com a Ingazeira, uma vez que, como vimos, esta também era referida como São José da Ingazeira. Daí porque, certamente ante as opções de permanecer vinculado no sentido terminológico à Ingazeira de Chico Miguel e a denominação de São José de Botas, optou-se afinal por São José do Egito.

Outro relevante fato jurídico-administrativo consiste em que a Lei Estadual 991, de 30 de junho de 1909 elevou a sede do Município de São José do Egito à categoria de Cidade, sendo este o ano que se comemora como sua data cívica de fundação.

Vejamos o mapa a seguir, com as atuais delimitações do Município de São José do Egito (Mapa 10):

Mapa 10 – Alto Sertão do Pajeú (2021) – Em destaque: Município de São José do Egito)



Por fim, para compreendermos a denominação dada ao município, precisamos retornar ao relato de Padre Cottart, especificamente à última frase transcrita:

Os do Egypto tornaram a fazer [uma capela] guardando o mesmo padroeiro da Matriz São José.

Ela conduz à hipótese de que o fato de que São José do Egito também é o padroeiro de Ingazeira consiste em um dos elementos centrais em favor da tese de que, nas confluências do intenso processo de fragmentação territorial e consolidação dos demais povoados no entorno de Ingazeira que ocorreu no século XVIII, alguns dos referidos “fazendeiros das cabeceiras do rio Pajeú” que fundaram o povoado de São José das Queimadas certamente provieram de Ingazeira devido, dentre outros fatores, aos conflitos havidos com André Ferreira da Costa e seu irmão Miguel Ferreira de Brito e intensificados com o Coronel Francisco Miguel de Siqueira.

Trata-se de São José de Botas – imagem, aliás, que ainda hoje e desde seus primórdios encontra-se na Igreja Matriz de Ingazeira (Fig. 1):

Fig. 1 – São José de Botas (autor desconhecido) (Matriz de Ingazeira/PE)



Fonte: Arquivo pessoal de Lula Veras da Ingazeira

A respeito, MEGALE (2003, p. 38) assinala:

São José foi esposo de Maria Santíssima e pai adotivo de Jesus. É um dos santos mais venerados no Brasil, contando com quase duzentas

paróquias. Em várias igrejas do Brasil existem imagens de “São José de Botas”, isto é, o santo que usa botas de cavaleiro em vez das sandálias tradicionais. É o São José do Egito, peregrino, viajante, protetor dos caminheiros.

Protetor dos viajantes (daí as botas, que representam a fuga da Sagrada Família para o Egito), São José de Botas / São José do Egito é reverenciado pelos bandeirantes, certamente aqueles que trouxeram sua imagem para a Ingazeira, a partir da qual seus devotos que daí saíram para fundar o povoado de São José das Queimadas erigiram um santuário em seu louvor.

Nesta peleja, já de 1695 há notícia de que os colonizadores entraram em contato com o povo indígena Xukuru (cfr. MARTINS, 1954, P. 39-41), uma vez que “a região do Teixeira fora habitada pelos índios Sucurus, ramo dos Cariris, que se estendiam pelos afluentes do rio Paraíba e regiões pernambucanas, sobretudo circunvizinhas de Cimbres até o alto Pajeú” (FRAGOSO, 1986, p. 90), relevante questão que, por razões de espaço, será discutida em outro momento.

Referências

- ABREU, Capistrano de. **Capítulos da história colonial**. Brasília: EdUnB, 1982.
- ALBUQUERQUE, Ulisses Lins de. *Antigo chefe da Ingazeira. Três ribeiras*. 3ª ed. Recife: CEPE, 2012. p. 23-35. (Col. Terra Pernambucana)
- _____. *Pajeú velho de guerra. Três ribeiras*. Recife: CEPE, 2012.
- ASSEMBLEIA GERAL CONSTITUINTE E LEGISLATIVA DO IMPÉRIO DO BRASIL.
Projeto de Lei. Disponível em: <https://arquivohistorico.camara.leg.br/index.php/projeto-1-e-2-leituras-8>. Acesso em 12/12/2021.
- BANDEIRA, Moniz. **O feudo – a Casa da Torre de Garcia d’Ávila: da conquista dos sertões à Independência do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- BATISTA, Francisco das Chagas. **Cantadores e poetas populares**. João Pessoa: Tipografia da Popular Editora, 1929.
- BATISTA, Pedro. **Atenas de cantadores**. Revista do IHGP, nº 6. 1927. p. 20-35.
- BELO, Gladstone Vieira. *O romancista nordestino: algumas informações – sugestões e influências*, **Rev. Brasil Açucareiro**, Agosto de 1967, p. 35. Disponível em: <http://acervosdigitais.cnfcp.gov.br/DocReader.aspx?bib=Recortes%20de%20jornais&Pag>

[Fis=48195&Pesq=%22s%c3%a3o%20jos%c3%a9%20do%20egito%22.](#) Acesso em 14/10/2021.

BENÍCIO, Manoel. **O rei dos jagunços: crônica histórica e de costumes sertanejos sobre os acontecimentos de Canudos**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1997.

MARTINS, Custódio Alves. *Requerimento de sesmaria*. In: **Sesmarias**, Vol. I. Recife: Biblioteca Pública de Pernambuco, 1954.

BRASIL. **Collecção das leis do Imperio do Brazil de 1810** (Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891), Vol. I, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/alvara/alv-15-1-1810.htm. Acesso em: 02/12/2021.

CARVALHO, Rodrigues de. **Cancioneiro do Norte**. 4ª ed. fac-similar. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura, 1995. (Col. Biblioteca Paraibana, Vol. 14)

CASAL, Manuel Aires de. **Corografia brasílica – ou Relação histórico-geográfica do Reino do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.

CIRANO, Marcos. **São José do Egito – um século de história: 1909/2009**. Recife: Formato 8, 2009.

COLEÇÃO ALBERTO LAMEGO. **Assento das léguas que fazem daqui ao Rodelas pelo Caminho de Capibaribe (1738)**. Universidade de São Paulo.

COSTA, F. A. Pereira da. **Em prol da integridade do Território de Pernambuco**. Recife: Instituto Archeológico e Geographico Pernambucano; Tipografia do Jornal do Recife, 1896.

COTTART, Padre Carlos. **Livro de Tombo I da Paróquia Senhor Bom Jesus dos Remédios, de Afogados da Ingazeira/PE**. Disponível em: <https://www.dioceseafogadosdaingazeira.com.br/portal/index.php/2015-08-01-23-59-27/2015-08-02-00-01-32/204-cem-anos-do-falecimento-de-pe-carlos-cottart-responsavel-pela-construcao-da-catedral-de-afogados>. Acesso em 22/11/2021.

COUTINHO FILHO, Francisco. *Repentistas e glosadores – Poesia popular do Nordeste brasileiro*. São Paulo: estabelecimento Graphico Atlântico, 1937.

_____. *Violas e repentos – Repentes populares, em prosa e verso: pesquisas folclóricas no Nordeste brasileiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Leitura; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1972.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. São Paulo: Ubu; Edições SESC, 2016.

FARIA, Oswaldo Lamartine de. **Apontamentos sobre a face de ponta**. Rio de Janeiro. Fundação Ozelita Cascudo Rodrigues, 1988.

FONSECA, João Justiniano da. **Curraleiros, índios e missionários**. Salvador: Edição do autor, 1996.

FRAGOSO, Frei Hugo. *O vigário Bernardo, reflexo da face do povo teixeirense: o bom samaritano dos flagelados da seca*. In: SILVA, Severino Vicente da (Org.). **A igreja e a questão agrária no Nordeste**. São Paulo: Edições Paulinas, 1986. p. 81-114.

GALVÃO, Sebastião de Vasconcellos. **Dicionário corográfico, histórico e estatístico de Pernambuco**. Vol. 4. Recife: CEPE, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades: São José do Egito**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/sao-jose-do-egito/panorama>. Acesso em: 02/12/2021.

Enciclopédia dos municípios brasileiros – Planejada e orientada por Jurandyr Pires Ferreira – Vol. XVIII. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia; Conselho Nacional de Estatística, 1958.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. **Pernambuco e o São Francisco**. Recife: Governo do Estado de Pernambuco 1929.

MEDEIROS, Coriolano de. **Dicionário corográfico da Paraíba**. 4ª ed. fac-similar da edição de 1950. João Pessoa: Ed IFPB, 2016.

MEGALE, Nilza Botelho. *O livro de ouro dos santos – Vidas e milagres dos santos mais venerados no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

MELLO, Jeronymo Martiniano Figueira de. **Ensaio sobre a estatística civil e política da província de Pernambuco**. Recife: Conselho Estadual de Cultura, 1979 (reedição da publicação de 1852).

MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Três roteiros de penetração do território pernambucano (1738 e 1802)**. Recife: Ed. UFPE, 1966 (Col. Monografia; 3)

NAVARRO, Eduardo. *Relação de topônimos e antropônimos com origem no tupi antigo, nas línguas gerais coloniais e no nheengatu da Amazônia*, in **Tupi antigo**. São Paulo: Global, 2013.

NUNES, Aldo Manoel Branquinho. *Currais, cangalhas e vapores – Dinâmicas de fronteira e conformação das estruturas social e fundiária nos “Sertões da Borborema” (1780-1920)*. Tese. UFCG, 2016.

OLIVEIRA, Milton. **São José do Egito: as ruas por onde passei (história e biografias)**. Olinda: Luci Artes Gráficas, 2017.

RAMOS, Adriano Reis. *Aspectos Estilísticos da Estatuária Religiosa no Século XVIII em Minas Gerais*. In: ÁVILA, Affonso (Org.). **Revista Barroco**, Belo Horizonte, n. 17, 1993/1996.

SAMPAIO, Teodoro. **O Tupi na geographia nacional**. 5ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.

SAMPAIO, Yoni. *A Casa da Torre e o sertão de Pernambuco – Diagnóstico de um manuscrito precioso*. In: **Livro de Vínculo do Morgado da Casa da Torre**. Recife: Centro de Estudos e História Municipal, 2012, (Col. Documentos Históricos Municipais; 5)

SANTOS, Luiz Cristovão dos. *Pajeú: um rio do sertão*, in **Brasil de Chapéu de couro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1958.

SEIXAS, Wilson Nóbrega. *Casa da Torre e bandeirantismo na conquista do sertão*. In: MELO, José Octávio de A.; RODRIGUES, Gonzaga (Orgs.) **Paraíba, conquista, patrimônio e povo**. João Pessoa: Edições Grafset, 1985.

O velho Arraial de Piranhas (Pombal). 2ª ed. João Pessoa: Grafset, 2004.

SOUZA, Francisco da Paz Mendes de. **Fronteiras da Trijunção: representações e memórias do sertão-gerais no Parque Nacional Grande Sertão Veredas.** Dissertação. Brasília: UnB, 2018.

SUASSUNA, Ariano. **Romance da Pedra do Reino e o Príncipe do Sangue do Vai-e-Volta.** 4ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Colonial.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

O autor

Lindoaldo Campos

UFRN

Recebido em 12/2021 • Aprovado em 01/2022 • Publicado em 02/2022